

O FEMINISMO ANARQUISTA E LIBERTÁRIO COMO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Eloísa Benvenuti de Andrade

Diferente da perspectiva purista e essencialista habitual quando falamos de perspectivas revolucionárias que almejam o socialismo, o anarquismo é um projeto ético e não uma simples projeção da realidade futura. O projeto anarquista, oriundo da crença da realização da classe trabalhadora, desde o Iluminismo – em que a possibilidade de mobilidade social faz com que todo indivíduo seja admitido como capaz de pensar racionalmente -, culmina numa concepção radical da existência do sujeito que reflete complexamente e radicalmente sua condição de vida. Portanto, trata-se de um projeto forjado no concreto, não no abstrato. Em sua origem, sua obstinação não é delegada ao “outro”, diferente disso, os anarquistas se compreendem enquanto um sujeito submetido a uma hierarquia coercitiva que aliena seu poder, que aliena o poder do povo e que, por conseguinte, depõe o poder popular. Esta hierarquia coercitiva pode ser compreendida como a expressão da relação de comando e obediência que hierarquiza as diferenças que constituem o coletivo, como raça, classe e gênero, e que hoje reconhecemos como uma cadeia de opressões.

Neste sentido, o anarquismo trata-se de um projeto que questiona a ideia de natureza humana, essencialista e purista, calcada na moral hobbesiana e contrária, em absoluto, da perspectiva libertária. Tal questionamento, dá-se em prol da reflexão crítica e permanente acerca das contradições, reforçando, assim, uma perspectiva enraizada em uma perspectiva materialista do real. Por isso, o anarquismo não é um projeto estético, não é algo que se realiza esteticamente e, tampouco, se trata de um estilo de vida ou de puro ativismo.

Sendo ética, a concepção anarquista funda-se em dois elementos importantes para a compreensão da realidade, a saber, o poder e o classismo. Sua especificidade da tomada de tais elementos é que ambos são concebidos de forma inédita e original. A singularidade do primeiro elemento é que para os anarquistas o poder não existe apenas como dominação, mas é algo alienado do indivíduo pelas opressões que este sofre. Já a peculiaridade do segundo elemento, é que sua compreensão classista se opõe a ideia

habitual de natureza humana oferecendo uma perspectiva classista da natureza. Isso é importante, pois duas sentenças fundamentais em seu projeto decorrem disso.

A primeira sentença refere-se ao fato de que a perspectiva anarquista de emancipação é individual e coletiva. Isso significa que ela é saída do privado para o público. A segunda, é que, no entanto, a responsabilidade é coletiva, mas também individual, e isso significa que ela é autorresponsabilidade contra as opressões.

Estas sentenças devem ser compreendidas dentro de um universo de contradições em que, por vezes, somos também nosso próprio inimigo, uma vez em que estamos submetidos cotidianamente a tutela das instituições. Disso concebido, é que decorre o horizonte da revolução socialista libertária, e não somente como télos, quer dizer, enquanto uma finalidade sem meio, pois a hierarquia coercitiva – que mantém as contradições e opressões e hierarquiza as diferenças entre raça, classe e gênero- será, desse modo, efetivamente derrubada pela prática cotidiana dos princípios anarquistas, tais como: princípio anticlerical, antimilitarista, anticapitalista, antinacionalista, de ação direta, auto-organização e antiautoritarismo. São estes princípios que forjam, para os anarquistas, a perspectiva libertaria de LUTA, e não por ativismo, porque não estamos, enquanto anarquistas, nem na frente e nem atrás, mas ao lado dos de baixo.

Os princípios anarquistas, portanto, visam a destruição da hierarquia coercitiva fundada na ideia de dominação. Dentre estes princípios está o sindicalismo revolucionário, perspectiva forjada em 1906 no Brasil que contribuiu para a greve geral de 1917, oposto ao sindicalismo reformista e hierárquico (conhecido como amarelo), na intenção de criar e impulsionar uma cultura de classe, um espaço de aproximação entre os trabalhadores, que não visa terceirizar a luta, mas sim tanto construir uma noção revolucionária, como referências de organizações libertarias capazes de compreender o sindicalismo nas relações de luta de classe, dentro do local de trabalho, e não restrito a um espaço físico ou a uma sede. O sindicalismo revolucionário levado a cabo pelos e pelas anarquistas não cinde a classe trabalhadora, não a parte, ou seja, não toma “partido”, mas antes compreende acima de tudo o real (o âmbito do concreto), tendo por um lado os trabalhadores organizados como um todo, e não sob uma ideologia doutrinária, e por outro, uma perspectiva revolucionária que compreende a classe dominante como força de dominação que aliena o poder dos trabalhadores, subordinação, por vezes, imposta pela burocracia sindical aos movimentos e as oposições. Prática que toma a militância como massa de manobra, hipoteca princípios e prioriza um partido.

Dentro da perspectiva anarquista de autorresponsabilidade, mencionada acima, que atrela privado e público, individual e coletivo, as mulheres anarquistas tiveram, desde o início, uma grande contribuição na identificação do feminino no campo da heteronomia e na constituição do pensamento feminista como autônomo, quer dizer, não tutelado, e crítico a ideia de natureza humana. Este horizonte, contrário à generalidade mítica construída sobre a mulher, construiu a perspectiva do gênero como produzido no campo da cultura, e não como dado biológico, mas fruto da historicidade e da temporalidade, ou seja, da situação da mulher e suas questões próprias. Pelas anarquistas, a “questão da mulher” foi alocada na vida política e não mais na vida natural que a destituía do seu próprio corpo. Isso foi importante, pois impulsionou a perspectiva feminista enquanto movimento mais o seu contexto, contexto este, de opressão, sexismo e exploração.

O feminismo anarquista e libertário foi cunhado como um projeto ético-político, radical e revolucionário pela admissão da necessidade de independência física e material independência do tripé tanque/cozinha/ e cama que mantinha a mulher dependente do homem e na condição de serva sexual dele. Condição de dominação exercida tanto pela Igreja, como pelo Estado que controlavam a mente e o corpo da mulher pelo casamento, pela natalidade impositiva, por sua domesticação, seja como mãe de família, empregada, enfermeira, doméstica. As anarquistas perceberam desde sempre essa relação de dominação por parte da Igreja e do Estado sobre os trabalhadores, mas sobretudo, à mulher, e por isso qualquer revolução, e qualquer processo revolucionário, passa, para as anarquistas, necessariamente, pela libertação da mulher e do feminino. Desde o início das suas lutas, por exemplo, as anarquistas pensavam a necessidade de uma economia para a mulher se autossustentar e evitar o casamento, uma das peças fundamentais da cadeia de opressões.

A perspectiva das mulheres anarquistas enquanto envoltas num projeto ético político-revolucionário, que parte da realidade concreta, enfatiza o caráter constitutivo do feminino e do feminismo no socialismo libertário. Para isso, e por isso, não basta pela via libertária dentro de uma organização política apenas a encampação de um espaço físico para as mulheres, uma secretaria de mulher ou algo do tipo, mas deve se prezar pela troca de saberes entre os trabalhadores e as trabalhadoras como prática cotidiana, ou seja, como princípio. Caso contrário, reforça-se apenas a dualidade tradicional entre corpo e pensamento em que é delegado exclusivamente ao homem o lugar do pensamento e à mulher o do corpo - a ser admirado, tratado como acessório, como coisa - sustentando, dessa maneira, a crença de que a mulher é incapaz de pensar racionalmente, condenando-

a, mesmo diante da sua presença, a “falta” no cotidiano, ou como o OUTRO de UM absoluto, de um UM completo que é o homem e o masculino. Perspectiva esta, que mantém a lógica e o lugar de dominação em que se existe sobre o outro e não com o outro, tampouco como o outro.

Neste sentido, dessa análise de conjuntura forjada pelas anarquistas, desde sempre na compreensão da prática dos princípios - de auto-organização, ação direta, anticlerical, anticapitalista e de apoio mútuo e solidariedade de classe – é que se dá no cotidiano a construção de um projeto revolucionário capaz de efetivar uma vida sob a ótica do socialismo libertário. Sendo assim, é por fim, da condição específica da mulher trabalhadora como estrutura na relação de dominação, mas também como estruturante do processo revolucionário, que se sustenta a perspectiva anarquista para que não se afaste os trabalhadores e as trabalhadoras da revolução e da libertação tanto individual, como coletiva.

Bibliografia de apoio:

BAKUNIN, M. Estatismo e Anarquia. São Paulo: Imaginário/Ícone, 2003.

_____. A Ciência e a Questão Vital da Revolução. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009.

COLOMBO, E. Anarquismo, obrigação social e dever de obediência. São Paulo: Editora Imaginário, 2003.

CORRÊA, F. Bandeira Negra: Rediscutindo o Anarquismo. Curitiba: Editora Prismas, 2015

_____. Anarquismo, poder, classe e transformação social. Em Debat: Rev. Dig. Florianópolis, n. 8, p. 69-89, jul-dez, 2012.

KROPOTKIN, P. Anarchist Communism. In: BALDWIN, Roger (org.). Kropotkin's Revolutionary Panphlets. Nova York: Dover, 1970b.

GOLDMAN, W. Mulher, Estado e Revolução. São Paulo. Boitempo, 2014.

HECKERT, J. Sobre anarquismo: uma entrevista com Judith Butler. Editora Monstro dos Mares, 2010.

MENDES, S. As mulheres anarquistas no Brasil (1900-1930): entre os esquecimentos e as resistências. Revista Espaço Acadêmico, n 210, p. 63-75, nov., 2018.

_____. Anarquismo e Feminismo: As mulheres libertárias no Brasil (1900-1930). Editora Prismas, p.173-205, 2018.

_____. *Companheiras: Mulheres Anarquistas em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora Faisca, 2021.

MOURA, M. L. de. *A mulher é uma degenerada*. São Paulo. Tenda de livros, 2018.

RECLUS, É. *A Evolução, a Revolução e o Ideal Anarquista*. São Paulo: Imaginário, 2002.

SCHMIDT, M; VAN DER WALT, L. *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland: AK Press, 2009

Publicado no Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA) em 06/02/2023